

Lobão, Dutra e Cafeteira criticam a venda da Vale

A decisão do governo de manter a privatização da Vale do Rio Doce, mesmo diante da descoberta de jazidas ricas em ouro e cobre, foi criticada por José Eduardo Dutra e Edison Lobão. Epitácio Cafeteira quer a Vale nas mãos de empresários nacionais.

Página 2



Em 23 dias de trabalho durante a convocação, o plenário do Senado realizou 28 sessões

Senado apreciou 37 matérias na convocação extraordinária

Doação presumida de órgãos, fundo que aparelha Polícia Federal contra o crime organizado e financiamento do combate à sonegação de impostos são algumas das propostas aprovadas

Jefferson, Lauro e Valmir analisam as ações da Casa

Lauro Campos elogia eleição para a presidência, Valmir destaca os trabalhos realizados no período de convocação e Jefferson Peres vê o Senado com a imagem recuperada. **Página 3**

NESTA EDIÇÃO

Marina: crise leva à violência contra mulheres

Página 4

Ademir propõe área de livre comércio no Pará

Página 4

A transformação de todo cidadão brasileiro em doador presumido de órgãos, conforme lei já sancionada pelo presidente da República, foi uma das 37 matérias apreciadas pelo Senado durante a convocação extraordinária, iniciada em 6 de janeiro e encerrada ontem. Os senadores conseguiram apreciar mais de 60% dos itens integrantes da extensa pauta, da qual constavam 59 propostas.

Em 23 dias de trabalho, foram realizadas 28 sessões para deliberar sobre a pauta de convocação, além de duas reuniões destinadas à eleição da nova Mesa do Senado.

Outros projetos importantes, como o fundo para aparelhar a Polícia Federal na luta contra o crime organizado e o tráfico de tóxicos, e o que cria o Sistema Nacional de Armas (Sinarm), foram aprovados pelos senadores nesse período.

O Senado aproveitou a con-

vocação para aprovar sua reforma administrativa, a partir das recomendações constantes de estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas.

No exercício de suas atribuições constitucionais específicas, os senadores ratificaram quatro acordos internacionais assinados pelo governo brasileiro: a Convenção de Segurança Nuclear de Viena (1994) e o protocolo para repressão à violência nos aeroportos.

Foi aprovada resolução determinando que os contratos assinados dentro do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados te-

irão que ser submetidos primeiro ao plenário da Casa.

O Senado aprovou ainda autorizações para contratação de créditos: R\$ 150 milhões junto ao BNDES, para a ampliação e modernização do porto de Sepetiba, no Rio de Janeiro, e US\$ 350 milhões junto ao BID, para o projeto de Reforço à Reorganização do Sistema Único de Saúde.

Também foram autorizados dois pedidos de financiamentos do BID, destinados a projetos da Receita Federal e dos governos estaduais, com o fim de reduzir a sonegação fiscal no país.

MATÉRIAS APRECIADAS NA CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA (de 6 de janeiro a 6 de fevereiro de 1997)

Projetos enviados à sanção.....	3
Projetos enviados à promulgação.....	31
Projetos enviados à Câmara.....	1
Matérias aprovadas.....	35
Matérias arquivadas.....	2
Matérias apreciadas.....	37

Venda da Vale é criticada em plenário

A decisão do governo de manter a privatização da Cia. Vale do Rio Doce, mesmo diante da descoberta de jazidas potencialmente ricas em cobre e ouro na região de Carajás, no Pará, provocou polêmica na sessão de ontem do Senado. Os senadores Edison Lobão (PFL-MA) e José Eduardo Dutra (PT-SE), lí-

der do bloco de oposição, defenderam a importância de o Senado examinar a questão, votando o projeto que pretende submeter à Casa a decisão do governo de vender a empresa. Já o senador Epiácio Cafeteira (PPB-MA) espera que pelo menos a Vale, no leilão de privatização, fique com empresários nacionais.

Dutra considera erro ouvir tecnocratas e não políticos

O senador José Eduardo Dutra afirmou ontem que ao Senado só resta uma possibilidade de participar "soberanamente" das discussões em torno da privatização da Companhia Vale do Rio Doce: aprovar o projeto de resolução da senadora Júnia Marise (PDT-MG) estabelecendo que o edital da venda da empresa deverá ser submetido ao plenário da Casa. Conforme anunciou, a partir de 17 de fevereiro serão



José Eduardo Dutra

colhidas assinaturas para que o projeto venha a ser votado em regime de urgência.

Dutra considera que o presidente da República está "incorrendo em grave erro" ao desconsiderar a posição dos políticos e privilegiar a dos tecnocratas. Ele lembrou que muitos senadores são contrários à privatização da Vale, citando Edison Lobão (PFL-

MA) e o líder do PPB, Epiácio Cafeteira. Na opinião do senador sergipano, a equação montada pelo governo para tratar da questão da Vale incorre no erro de ser maniqueísta. Conforme disse, não tem cabimento tratar-se do assunto pela ótica das divergências existentes entre a oposição e o governo, a esquerda e a direita. "pois o importante é preservar o interesse nacional". José Eduardo Dutra criticou ainda o ministro das Comunicações, Sérgio Motta, por ter declarado em entrevista ser necessário acabar com a influência política do governador do Paraná, Jaime Lerner. O senador considera que as declarações do ministro são graves e merecem uma reprimenda do presidente da República.

Lobão apóia governo, mas questiona a privatização

O senador Edison Lobão (PFL-MA) voltou a condenar ontem "o propósito determinado do governo de promover, a qualquer custo", a privatização da Companhia Vale do Rio Doce.



Edison Lobão

Depois de ler declaração do presidente da estatal, Francisco Schettino, de que talvez se chegue a uma jazida inédita no mundo, no sul do Pará, Lobão declarou: "Ainda assim, insiste-se em vender a Companhia Vale do Rio Doce. Não sei que motivações tem esse governo, que apóia, mas que neste particular procede mal, porque obstinadamente quer se livrar de um patrimônio nacional".

Edison Lobão afirmou que o plenário do Senado tem a responsabilidade de examinar essa questão, votando o projeto que pretende submeter à Casa a decisão do governo de vender a empresa.

O senador leu matéria publicada na edição desta quinta-

feira de *O Globo* sobre a decisão do Conselho Nacional de Desestatização de excluir as reservas não avaliadas da Vale em Carajás e Serra Leste, no sul do Pará, do preço mínimo que será pedido no leilão de privatização da estatal.

Lobão acrescentou que tal deliberação foi tomada no Palácio do Planalto, mas disse que o presidente Fernando Henrique Cardoso ainda não adotou a decisão de chefe de Estado, de adiar, pelo menos por um tempo razoável, "essa obstinada decisão do BNDES" de privatizar a Vale do Rio Doce.

- Não se pode vender um patrimônio cujo valor não se conhece. Como alienar, numa licitação pública, reservas de ouro e de outros minérios se não se sabe quanto valem? - indagou.

Em aparte, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) apoiou o discurso de Lobão.

Cafeteira quer estatal nas mãos de empresários nacionais

Entre todas as notícias relativas à Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), o senador Epiácio Cafeteira (PPB-MA) considerou ontem que a única favorável ao país foi a que revelou o interesse do empresário Antônio Ermírio de Moraes em participar do leilão de privatização, e que estaria procurando parceiros para a empreitada.

O senador defendeu a abertu-

ra, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), de linhas de financiamento para que os empresários nacionais tenham condição de competir com os interesses internacionais e manter a Vale em mãos nacionais.

Cafeteira manifestou também satisfação com o fato de o senador Edison Lobão (PFL-MA), em nome da liderança do

seu partido, ter registrado posição contrária à venda da empresa. No entanto, lamentou que o PFL tenha votado contra projeto de resolução que submetia a privatização da Vale à deliberação do Congresso Nacional. Isso representou, a seu ver, uma entrega da decisão de vender a CVRD ao BNDES, permitindo que o banco o faça como, quando e sob que condições quiser.



Epiácio Cafeteira

Senado recupera imagem, afirma Jefferson

Ele acredita que trabalho iniciado na gestão de José Sarney terá continuidade com Antonio Carlos Magalhães, mas observa que esta tarefa cabe também a todos os parlamentares



Lauro Campos

Lauro elogia eleição para presidência

O senador Lauro Campos (PT-DF) elogiou ontem a maneira democrática como se deu a recente eleição para a presidência do Senado, disputada, a seu ver "por dois candidatos com grande respaldo eleitoral". Ele lembrou que há dois anos, "ao chegar como um calouro na vida pública", sentiu-se na obrigação de concorrer ao cargo, para romper a tradição de candidato único, "muito ao gosto dos governos ditatoriais de esquerda ou de direita".

Lauro Campos disse que desde o início sabia não ter a menor chance de ser eleito, até porque inscreveu-se poucas horas antes do pleito, mas não se arrependeu da iniciativa. Ao contrário, ele se considerou realizado, já que, segundo acredita, sua candidatura pode ter dado início a um processo mais democrático.

Na oportunidade, Lauro Campos leu o documento intitulado "Anticandidatura à Presidência do Senado", escrito por ele na ocasião em que concorreu à presidência da Casa. Nesse texto, o senador alerta para os prejuízos produzidos pela adoção de uma política neoliberalista. Em aparte, o senador Josaphat Marinho (PFL-BA) afirmou que as previsões de Lauro Campos, feitas em 1995, estão sendo confirmadas pelos fatos.

O senador Jefferson Peres (PSDB-AM) disse ontem que o trabalho de recuperação da imagem do Senado Federal, iniciado na gestão do senador José Sarney, terá continuidade com o novo presidente da Casa, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). Jefferson afirmou que "este resgate não é tarefa exclusiva do presidente, mas também de todos os senadores".

Desde a promulgação da Constituição de 1988, o poder do Congresso tem sido usurpado. Nós temos que retomá-lo. A ação do novo presidente, sem dúvida, será decisiva. Contudo, é preciso que os senadores, mais do que nunca, por atos e não por palavras, saibam honrar os seus mandatos. E isto se faz no dia-a-dia - acrescentou.



Jefferson Peres

Segundo ele, entre as matérias que o Senado deve discutir assim que se iniciar a nova sessão legislativa, dia 17 de fevereiro, "estão as reformas que o país pede", em especial a administrativa, que contém "dispositivos altamente moralizadores", principalmente com relação ao teto de remuneração dos servidores públicos e dos "agentes políticos".

O ministro Bresser Pereira, talvez preocupado em obter apoio do Congresso para a reforma, acenou com a possibilidade de congressistas e magistrados ficarem excluídos do teto. O pior que poderemos fazer será legislar em causa própria estabelecendo um privilégio para nós mesmos. Vou lutar para que o Senado rejeite esta sugestão espúria - frisou o senador.



Valmir Campelo

Valmir destaca trabalhos na convocação

O Legislativo conseguiu aprovar, durante o período de convocação extraordinária encerrado ontem, matérias de grande importância para o desenvolvimento nacional e, sobretudo, de grande valor social, afirmou o senador Valmir Campelo (PTB-DF), ao fazer um balanço dos trabalhos no período.

Valmir relacionou, entre as proposições apreciadas pelo Senado, a lei que torna automática a doação de órgãos humanos para transplantes, a criação de um fundo para reaparelhamento da Polícia Federal, a Convenção de Segurança Nuclear e o Sistema Nacional de Armas. Ele disse que a Câmara dos Deputados também "cumpru satisfatoriamente os fins da convocação".

A partir de agora, depois de cumprida a missão da convocação extraordinária, debruçemo-nos em cima dos estudos relativos às reformas do Estado, para que, assim, continuemos a merecer a credibilidade do povo brasileiro e para que proporcionemos ao país o deslanchar de seu desenvolvimento - afirmou.

O senador destacou ainda as eleições dos novos presidentes do Senado e da Câmara, senador Antonio Carlos Magalhães e deputado Michel Temer, observando que "o Congresso Nacional sem dúvida alguma terá um profícuo desempenho nos próximos dois anos".



ACM RECEBE MINISTRO

O senador Antonio Carlos Magalhães recebeu ontem a visita do ministro da Marinha, Mauro César Pereira, que foi cumprimentá-lo pela eleição para presidente do Senado e desejar-lhe sucesso ao longo dos dois anos em que o parlamentar baiano comandará a Casa e presidirá o Congresso Nacional.

Após a audiência, o ministro destacou sua convicção de que "a Marinha con-

tinuará a ter com o Congresso, e com o Senado em particular, as melhores relações políticas no interesse do país". Mauro César Pereira disse esperar para breve a regulamentação da lei que abriu a navegação de cabotagem às embarcações de bandeira estrangeira, dentro do espírito das reformas e do esforço para modernizar a economia nacional.

Ademir propõe livre comércio em Barcarena

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) apresentou ontem projeto de lei que cria a Área de Livre Comércio (ALC) do município de Barcarena, no Pará. Na justificativa da proposta, o senador afirma que todos os estados da região Norte, exceto o Pará, foram contemplados com a criação, nos últimos anos, de áreas de livre comércio.

- O projeto que ora apresenta visa justamente reparar essa injustiça - disse o senador, destacando que Barcarena apresenta condições de infraestrutura propícias ao desenvolvimento industrial: porto, rodovia, energia e mão-de-obra.

A ALC de Barcarena, segundo a proposição de Ademir Andrade, se caracterizaria pela instalação de um pólo industrial de fabricação de bens intermediários e de consumo com aproveitamento da matéria-prima e da mão-de-obra existente na região, criando uma área de competição internacional propiciada pela sua localização privilegiada e pelos insumos existentes na Amazônia. De acordo com o projeto, a entrada, na área, de mercadorias estrangeiras se fará com a suspensão do IPI.



Ademir

Cabral defende projeto que cria o efeito vinculante

Mecanismo não viola independência de juízes em suas decisões, garante senador

A proposta de emenda constitucional que estabelece o efeito vinculante das decisões do Supremo Tribunal Federal às jurisdições inferiores, na forma do substitutivo elaborado pelo relator, Jefferson Peres (PSDB-AM), não representa risco de que os juízes fiquem manietados e, portanto, violados na sua independência jurídica, segundo explicou ontem Bernardo Cabral (PFL-AM). Ele informou que encaminhará sua análise como colaboração às discussões que se desenvolvem na Comissão de Constituição e Justiça do Senado.

No projeto original, todas as decisões contidas nas súmulas do STF seriam estendidas às jurisdições inferiores. Cabral, que subscreveu a proposta encabeçada por Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), explicou que a preocupação dos autores foi evitar o desordenamento jurídico da ordem social, provocado por decisões conflitantes. Já no substitutivo, o relator introduziu uma cláusula estabelecendo que o efeito vinculante só terá eficácia para

as demais instâncias do Judiciário se o próprio STF fizer uma declaração expressa nesse sentido. Cabral comentou que essa mudança foi muito prudente.

- É importante ainda considerar como é corrente que as decisões das jurisdições inferiores refirmem-se às do STF como apoio, disse Cabral. - Quanto à suposição de que o STF passaria a construir pirâmides jurídicas milenares e imutáveis, o próprio tribunal, frente a situações novas, poderá retirar a declaração de vínculo.



Bernardo Cabral

Em aparte, Ramez Tebet (PMDB-MS) disse que o efeito vincu-

culante, ao mesmo tempo que descongestionará o Judiciário, poderá implicar falta de liberdade para a inovação por parte dos juízes. O relator, Jefferson Peres, afirmou que, justamente pelas dificuldades inerentes ao tema, o Senado fez muito bem em não votar o projeto na convocação extraordinária. Para Peres, é necessário que se ouça o STF, a OAB, a Associação dos Magistrados, o Ministério Público e juristas de renome.

Marina: desemprego aumenta violência contra mulheres

A senadora Marina Silva (PT-AC) afirmou ontem que o desemprego e a desagregação econômica e social em seu estado, o Acre,



Marina

têm levado à degradação de valores, e que a ausência de condições de uma vida digna tem criado um espaço propício para a violência contra a mulher.

Marina fez a declaração após citar matéria publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, no último dia 2, indicando que a cidade de Rio Branco, e especialmente o bairro Cadeia Velha, registra um dos maiores índices de agressões contra a mulher no país.

Francelino aplaude escolha de Tinoco

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) destacou ontem a eleição do desembargador Paulo Tinoco para presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. O magistrado, ao longo de sua carreira, sempre esteve acompanhado das "virtudes mineiras" da serenidade, ponderação e equilíbrio, enfatizou Francelino, que lembrou ter sido, à época em que governou Minas, o autor da nomeação de Paulo Tinoco para o cargo de juiz de Direito.

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES ANTONIO CARLOS MAGALHÃES E CARLOS PATROCÍNIO

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães - 1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júlia Marise - 1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio - 3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho -

Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>

O *Jornal do Senado* é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Líder que saem de Brasília

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal - Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefones: (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios

Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos

Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade

Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Luiz e Osmar Miranda

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento

Revisão - Maria das Graças Aureliano e Fernando Varela

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.